

Reúso é a palavra de ordem

*Por Ruddi de Souza**

Existem várias frases admiráveis na biografia do pensador e escritor Peter Drucker, mas uma em especial eu admiro mais: “o planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes”. Nada mais atual e presente para descrever a forma como o país - em especial alguns Estados - lida com a questão da escassez dos recursos hídricos. São Paulo, por exemplo, o Estado mais rico e populoso da nação, viveu recentemente o ápice de uma de suas piores secas da história, o que causou sérios transtornos no sistema de abastecimento.

Não escrevo para apontar problemas e causas no passado, mas sim para projetar o futuro e indicar possíveis caminhos. E infelizmente o futuro será tão desafiador quanto o momento atual se não houver uma mudança radical do ponto de vista de gestão e planejamento de longo prazo.

É necessário criar uma política de Estado que incentive verdadeiramente o reúso de água. As medidas usadas para combater à crise hídrica, em geral, são mais caras, uma vez que a importação de água cada vez mais distante requer gastos de energia devido à água bombeada, além de causar impactos ambientais.

No Brasil, a atividade de reúso ainda não é regulamentada e tampouco há estabelecidos padrões de qualidade para serem seguidos. O que existem são apenas orientações e iniciativas em níveis estaduais e municipais que incentivam.

Existem basicamente duas modalidades de reúso. O reúso direto, tecnologia que trata o efluente (esgoto) e propicia o uso da água para fins industriais, lavagem de ruas, agricultura, por exemplo. A outra modalidade é chamada de indireto, usado para recompor a capacidade de produção de água subterrânea. Esse modelo também pode ser aplicado para elevar

quantidade de água disponível nos reservatórios a céu aberto. Importante observar que, para ambas as modalidades mencionadas, dependendo do grau de tratamento, a água pode ser para fins potáveis ou não potáveis.
O Ministério do Meio Ambiente, por meio da ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, já manifestou em recentes entrevistas o interesse e a necessidade em se criar uma legislação específica para reúso no sentido de reduzir o desperdício de recursos hídricos. Mas de prático até o momento nenhum avanço foi feito.
Não precisamos ir muito longe para encontrarmos exemplos concretos de como uma política séria de reúso pode ajudar a minimizar problemas decorrentes da escassez de água. México e Estados Unidos, por exemplo, são vizinhos de continente e apresentam bons cases para seguir de modelo. Em Los Angeles, por exemplo, o governo incentiva financeiramente a troca de componentes residenciais para o uso racional da água.
No Estado americano da Califórnia, o reúso é amplamente empregado por meio de uma legislação local que permite a chamada potabilização indireta, quando a água tratada é misturada com a das bacias subterrâneas e depois passa para o sistema de abastecimento comum. Esse sistema faz a água tratada tão ou mais pura do que a água tradicional. Esse assunto é tão levado a sério que o fundador da Microsoft, Bill Gates, gravou um vídeo no qual bebe água produzida em uma estação de tratamento de esgoto.
Ao redor do mundo é possível encontrar inúmeros exemplos de como países ou Estados fizeram o dever de casa com relação ao reaproveitamento da água. O que eles têm em comum? Leis, normais e incentivos reais. O Brasil ainda está distante. Na esfera federal há um projeto de lei (PLS 12/2004) que reduz a zero a alíquota do IPI em aquisições de máquinas e equipamentos destinados a instalação, manutenção, ampliação ou modernização de plantas de tratamento de água de reúso. Essa mesma política deveria, uma vez aprovada, ser cascateada para os níveis estadual e municipal, dando uma compensação tributária às empresas que utilizassem água de reúso.
O investimento em reúso torna-se mais necessário ainda quando observamos o volume de perdas, algo em torno de 30% a 40% de toda a água produzida, dependendo da região do país. Trata-se de uma enormidade, principalmente porque as redes de transportes foram construídas há muitos anos e hoje estão deterioradas. Em cidades como São Paulo, por exemplo, uma região de cabeceiras, ou seja, naturalmente carente de água, o problema se torna ainda maior, daí a necessidade de reter todo recurso hídrico possível.
A despeito da falta de legislação, as empresas, sobretudo as grandes indústrias consumidoras de água, têm de fazer sua parte. Além da preocupação ambiental, há uma vantagem econômica embutida neste processo. Ao reaproveitar a água já captada, transformando-a em matéria prima para outros processos antes de descartá-la na natureza, pode-se obter uma boa economia, de acordo com estudos do Centro Internacional de Referência em Reúso de Água (Cirra), vinculado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
Tecnologias existem. O que falta é pensar responsavelmente no longo prazo.

*Ruddi de Souza é presidente do Conselho de Saneamento Ambiental da Abimaq e diretor geral da Veolia Water.

Press à Porter Gestão de Imagem